



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 27 dias do mês de fevereiro de 2025. Às 15h22min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 1.530/2025, de autoria do Vereador Sargento Mello Casal, para discutir a Merenda Escolar e a contratação de Professores no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da audiência pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta audiência pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta audiência pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal cumprimentou os presentes e destacou a importância da audiência, realizada após diversas tentativas. Expressou seu descontentamento com a atual situação do Município, ressaltando que há fiscalizações sobre a alimentação de presos, enquanto a merenda escolar das crianças é negligenciada. Informou que solicitou apoio tanto nesta Casa quanto ao Ministério Público e mencionou que a Promotora Samira anunciou a abertura de uma investigação sobre a questão. O Vereador denunciou o silenciamento da mídia local sobre o problema da merenda escolar e criticou a falta de mobilização dos representantes públicos, que outrora se manifestavam ativamente diante de situações semelhantes. Ressaltou que um representante de classe deve defender os profissionais que representa, independentemente de alinhamentos políticos, e demonstrou preocupação com o receio de muitos em se manifestar. Na sequência, o Vereador apresentou um vídeo registrando a situação nas creches e escolas municipais entre setembro e outubro do ano anterior. Durante visita à última creche municipal, constatou que os estoques da merenda escolar eram insuficientes, embora os recursos para os anos de 2024 e 2025 já estivessem disponíveis nos cofres públicos, totalizando R\$ 873.281,64. Destacou a precariedade da alimentação oferecida a crianças de 4 meses a 3 anos, que estavam se alimentando apenas de arroz, feijão e farinha, e alertou para a qualidade duvidosa dos produtos armazenados desde o ano anterior, como bananas e ovos. Pontuou a importância de um planejamento orçamentário eficiente, alertando para os impactos negativos da falta de pagamento aos fornecedores e prestadores de serviço, que afetam diretamente a área da Educação e da Saúde. Citou a preocupação dos Professores de artes visuais e teatro com a redução no quadro de profissionais, bem como com a necessidade de apoio para solucionar a questão das contratações na Secretaria de Educação. Durante a sessão, também foram questionadas a falta de pagamento aos fornecedores desde setembro, especialmente da Agricultura Familiar, apesar da disponibilidade de recursos; a demora nas licitações da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e a ausência de contratação emergencial para evitar o desabastecimento da merenda escolar; a descentralização da compra do leite em pó, sem que outros itens seguissem o mesmo critério; a obrigatoriedade do cumprimento do cardápio estabelecido pela Secretaria de Educação, mesmo sem os alimentos necessários disponíveis; a falta de contratação de Professores e a real situação financeira do Município. Foi apresentada uma planilha demonstrando que a Prefeitura reteve pagamentos a fornecedores e reduziu gastos com pessoal para atingir metas fiscais, impactando diretamente a merenda escolar e a contratação de Professores. Projeções da arrecadação municipal foram expostas, levantando questionamentos sobre a viabilidade dos valores previstos e a possibilidade de novos empréstimos sem garantir contratações e pagamentos adequados aos profissionais. O Vereador enfatizou a necessidade de fiscalização e mobilização da sociedade para garantir a contratação dos profissionais e a manutenção dos serviços essenciais.



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

Expressou preocupação com o ensino integral, visto que alunos estão sendo liberados mais cedo por falta de estrutura e Professores. Por fim, solicitou garantia de que não haverá novo desabastecimento da merenda escolar. Encerrando sua fala, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou sua indignação e fez um apelo para que todos se unam em busca de soluções. Reiterou a necessidade de debater formas eficazes para garantir uma alimentação adequada e a contratação de profissionais essenciais para o atendimento às crianças. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra o primeiro inscrito, Senhor Ângelo Cabral, cumprimentou todos presentes. Expressou sua indignação em relação ao que foi apresentado na reunião afirmando que as informações mostradas pelo Vereador estavam muito aquém das expectativas em relação à Prefeitura e ao Executivo Municipal. Ressaltou a necessidade de que a população de Juiz de Fora compreenda o compromisso tanto da Câmara quanto do Executivo. Questionou a omissão em relação a pedidos de investigação argumentando que a inação é tão grave quanto a ação. Destacou que o poder legislativo deve exercer seu papel de fiscalização, mencionando um episódio em que o Secretário solicitou a identificação dos Vereadores que votaram a favor ou contra um requerimento proposto pelo Vereador Sargento Mello Casal. O orador considerou essa solicitação como uma ameaça à legitimidade do trabalho dos Vereadores e questionou como a casa poderia se comportar diante de tal situação. Reforçou, caso uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) seja instaurada e os fatos se comprovem, que é necessário que sejam responsabilizados e penalizados os envolvidos. Por outro lado, se a CPI comprovar que as denúncias não têm fundamento, isso seria um aval da Câmara ao Executivo. O Senhor Ângelo convocou os demais Vereadores a realizarem a fiscalização necessária e a investigarem as denúncias apresentadas. Lembrou que, embora tenha havido visitas para verificar a alimentação de presos, as crianças também merecem atenção e tratamento adequado. Perguntou por que não houve uma verificação semelhante nas escolas e creches, destacando que é inaceitável que as crianças não recebam o mesmo cuidado. Além disso, questionou as garantias em relação ao processo de empréstimo de R\$ 650 milhões a serem pagos em cinco anos, indagando sobre a segurança de que esses recursos serão utilizados de maneira correta e não haverá desvio ou abertura de crédito suplementar. Concluiu sua fala expressando sua preocupação com a situação atual e apelou para que os Vereadores se disponham a investigar o que está acontecendo no Município. A segunda inscrita, Senhora Natália Paletta, representando Entidades Escolas Abertas, agradeceu ao Presidente e desejou boa tarde a todos. Iniciou sua fala lembrando sua última presença na Câmara, quando discutiu a reabertura das escolas por meio do movimento "Escolas Abertas". Expressou seu interesse contínuo na educação do Município e destacou a importância da merenda escolar, que não é apenas uma questão de sobrevivência para muitas crianças, mas também a única refeição do dia. Ressaltou que a merenda está diretamente ligada ao desenvolvimento e rendimento escolar. A Senhora Natália mencionou que, com base nos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Juiz de Fora está em uma situação preocupante em relação à educação. Apesar de ter uma Prefeita que diz ter dedicado sua vida à educação e uma Secretária de Educação, que é Professora desde 1991, os índices educacionais têm apresentado queda. Ela trouxe à tona os números do Ideb, informando que Juiz de Fora tinha uma meta de 5.4 para 2023, mas caiu para 4.3 após ter alcançado 5 no ano anterior. Isso indica que a gestão da Educação não está indo bem. A Senhora Natália também informou que Juiz de Fora não receberá recursos extras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devido ao não cumprimento de metas importantes, como a redução das desigualdades raciais e socioeconômicas. Lamentou que a proporção de estudantes pretos, pardos ou indígenas com desempenho escolar inadequado cresceu 12% em 2023, o que representa a população que deveria ser defendida com mais vigor. Essa situação resultará na perda de R\$ 6 milhões para a educação do Município. Enfatizou que, ao se discutir merenda e rendimento escolar, está se referindo a uma oportunidade significativa de ascensão social para essas crianças. Ainda expressou sua preocupação com a gestão atual,



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

observando que os números indicam uma tendência de queda e que a população mais pobre é a que mais sofre com essa situação, muitas vezes sem condições de discutir questões educacionais, pois estão preocupadas com a alimentação diária. Finalizou sua fala agradecendo a atenção de todos. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal fez algumas considerações e questionamentos. Dirigindo-se à Presidente do Conselho de Alimentação, iniciou sua fala formulando três perguntas que haviam sido esquecidas anteriormente: se houve a aprovação do relatório anual de gestão de 2022-2023; se houve visita do Conselho Municipal de Alimentação Escolar às escolas e creches; e se o Conselho possui registro em ata acerca das irregularidades apontadas nas duas perguntas anteriores. Em seguida, o Vereador Sargento Mello Casal direcionou sua fala à Secretária responsável pela Educação, questionando sobre o planejamento e a contratação de Professores para o ensino regular e o ensino integral. Solicitou informações sobre a previsão para a contratação de Professores para o ensino integral; a previsão para a contratação de Professores de apoio; a previsão de contratação de Professores de artes visuais, música, dança e teatro, destacando que algumas turmas foram extintas e unificadas, dificultando o trabalho desses profissionais; e sobre como está sendo realizado o processo de escolha dos Professores de Apoio para as crianças que necessitam desses profissionais. O Presidente anunciou a terceira inscrita, Senhora Leila Lima, representando Escolas Abertas, porém ela havia se ausentado. O último orador inscrito do público, Senhor Luís Carlos (Pardal), representante da Associação de Moradores do Parque das Águas, fez uso da palavra. Ressaltou sua presença na audiência pública devido à gravidade do tema em debate, que afetou diretamente a Escola Municipal Jovita de Montreuil Brandão, de sua comunidade, bem como outras unidades escolares, a exemplo da Cidade Alta, onde foi necessária a antecipação do período de férias dos alunos por falta de merenda escolar. O Senhor Luís Carlos expressou sua indignação com a situação, afirmando que problemas como esse já eram previsíveis. Destacou que não havia precedentes na cidade de Juiz de Fora para o fato de uma pessoa em estágio probatório na Secretaria de Educação ser nomeada vice-Diretora de uma escola, o que, segundo ele, contraria a legislação vigente. Apontou que essa nomeação ocorreu por laços de amizade com a Secretária de Educação, impedindo que a comunidade fosse informada a tempo sobre a falta de merenda escolar. O orador mencionou ainda a remoção de um Diretor escolar que, após oito anos de serviço, foi substituído por questões políticas, contrariando uma eleição realizada em 2021, cujo mandato se estenderia até dezembro de 2024. Questionou a validade jurídica da nomeação de Diretores em detrimento de eleições e ressaltou que a decisão de substituição foi tomada sem a consulta à comunidade escolar. Ao encerrar sua fala, o Senhor Luís Carlos reiterou sua esperança de que a nova Administração Municipal e os Secretários recém-empossados cumpram as disposições legais e atendam às demandas da população. Declarou que, como representante da comunidade do Parque das Águas, continuará buscando apoio dos 23 Vereadores eleitos para resolver tais questões. Finalizou parabenizando os oradores anteriores por suas contribuições técnicas e ressaltando sua vivência na luta comunitária. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado destacou a necessidade de esclarecimento por parte da Secretária de Educação quanto ao conhecimento prévio sobre a falta de merenda escolar no início do ano letivo. Questionou se a Secretaria de Educação tinha ciência da desassistência alimentar às crianças e se houve a necessidade de utilização dos estoques remanescentes do ano anterior para suprir a demanda mesmo após o período de férias escolares. O Vereador apontou que chegou ao seu conhecimento a solicitação da Secretaria de Educação para que escolas municipais e creches apresentassem uma prestação de contas referente ao período, quando as unidades estavam sem funcionamento. Caso essa informação fosse verdadeira, considerou a situação inaceitável e cobrou explicações formais sobre o ocorrido. Diante desse cenário, o Vereador Maurício Delgado reforçou a importância da transparência na gestão pública e da adoção de medidas corretivas para que erros semelhantes não voltem a ocorrer. Solicitou da Secretária um posicionamento claro sobre as ações que estão sendo tomadas para garantir a regularidade dos repasses futuros de merenda escolar, assegurando que as crianças não fiquem



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

desassistidas. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado corrigiu uma informação sobre a solicitação da prestação de contas aos gestores das escolas e creches dizendo que foi referente ao período de 6/2 a 11/2, caso contrário, cometeria um erro. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Senhora Fabíola Paulino, Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento esclareceu que as escolas e creches estão devidamente abastecidas com todos os gêneros alimentícios, destacando que a situação está resolvida. Explicou o processo da alimentação escolar, ressaltando sua complexidade, que envolve diferentes atores e responsabilidades desde a produção agrícola até a distribuição para os alunos. A Senhora Fabíola destacou sua participação em diversos espaços de diálogo, como reuniões do Conselho de Alimentação Escolar, encontros com Diretores de Escolas e representantes das creches, e ressaltou a importância da compra da agricultura familiar, cumprindo o mínimo estabelecido pela legislação. Mencionou a auditoria realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no ano de 2023, do qual o Município recebeu elogios, especialmente pelo cumprimento das diretrizes de compra de produtos da agricultura familiar. Abordou também problemas enfrentados no início do ano letivo, citando a dificuldade com a entrega de arroz por parte do fornecedor de Belo Horizonte devido a questões climáticas que afetaram a produção no país, forçando a importação do produto. Ressaltou que essa situação impactou a distribuição temporariamente, mas que todas as escolas já haviam recebido o produto e que novas entregas estavam programadas. A Senhora Fabíola ainda explicou que o Município adota um processo de ata de registro de preços, onde são realizadas licitações que estabelecem os valores pagos pela Prefeitura. Destacou que, devido a fatores ambientais e variações de safra, certos produtos podem ter seu abastecimento afetado, causando oscilações de preços e limitações na oferta de determinados gêneros alimentícios. Enfatizou a importância da comunicação entre as escolas e a Secretaria para relatar eventuais problemas na entrega dos alimentos, garantindo que providências sejam tomadas. Mencionou também a necessidade das unidades escolares preencherem formulários de registro de entrega para relatar inconsistências e permitir a fiscalização adequada. Além disso, esclareceu que um problema semelhante ocorreu com o leite escolar, cujo fornecedor anterior, da cidade, não conseguiu manter os preços, resultando na necessidade de um novo contrato com uma empresa de São Paulo, a Milk Vitta. Informou que todas as unidades já receberam a nova remessa de leite e que o abastecimento está regularizado. A Senhora Fabíola enfatizou ainda o trabalho das equipes de Nutricionistas da Secretaria da Agricultura e da Secretaria de Educação na orientação das Cozinheiras e Auxiliares de Cozinha. Destacou a importância de seguir as recomendações nutricionais e os cardápios estabelecidos, evitando a aplicação de hábitos domésticos na preparação dos alimentos. Alertou que o não cumprimento dos cardápios pode levar a excessos ou escassez de determinados itens nas escolas e creches, impactando a distribuição adequada dos gêneros alimentícios. Explicou que a prestação de contas das escolas é essencial para o controle do estoque e que cada unidade precisa informar corretamente o consumo diário dos alimentos. Relatou que, em fevereiro, foram ampliados os prazos para envio dessas informações, permitindo maior flexibilidade para os gestores escolares. Informou também que a equipe de nutrição e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) realizam visitas frequentes às unidades para garantir a adequada execução do programa de alimentação. A Senhora Fabíola destacou o compromisso da gestão municipal com a segurança alimentar, ressaltando que o café da manhã nas escolas é uma decisão política da Prefeitura, não sendo um programa financiado pelo Governo Federal. Explicou que o Município realiza um aporte financeiro adicional para garantir essa refeição, que tem sido amplamente aceita pelas comunidades escolares. No entanto, enfatizou que o café da manhã deve ser complementar, não substituindo a refeição principal, evitando impactos negativos na adesão ao almoço escolar. Por fim, reforçou o compromisso da gestão com a transparência e informou que os cardápios das escolas e creches estão sendo publicados no site da Prefeitura, com informações sobre substituições e referências per capita. Explicou que a alimentação escolar é regulada por normas do FNDE, que estabelecem restrições para determinados ingredientes, como açúcar para crianças em creches,



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

visando a prevenção de doenças crônicas e distúrbios alimentares. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal, manifestou sua indignação pela ausência de respostas concretas aos questionamentos formulados. Foram feitas perguntas sobre os motivos do não pagamento a fornecedores, a demora de até dois meses nos processos licitatórios e a falta de contratação emergencial para garantir a alimentação das crianças nas escolas. Ressaltou que, desde o ano anterior, alunos vêm enfrentando dificuldades devido à falta de merenda. Ainda questionou a justificativa apresentada de que o problema estava relacionado ao cardápio e à responsabilidade dos Diretores Escolares. Segundo ele, não se pode responsabilizar os Diretores por uma situação em que não há merenda para ser distribuída. Destacou que a resposta recebida não esclareceu se o problema persistirá e nem se há medidas concretas para evitar nova falta de alimentação nas escolas. Também foi mencionado que, caso houvesse dificuldades burocráticas, seria possível acionar o Ministério Público para firmar um contrato emergencial. Questionou ainda por que não foram buscadas alternativas, como a compra de arroz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST), um dos maiores produtores do País. O Vereador criticou a justificativa climática apresentada como motivo para a escassez de alimentos, argumentando que as crianças foram diretamente prejudicadas, sendo obrigadas a se alimentar apenas com farinha, feijão puro ou arroz puro. Questionou se haverá novo desabastecimento e se a Seapa está preparada para evitar a repetição da crise. Finalizou solicitando respostas claras e objetivas por parte da Seapa, enfatizando a necessidade de planejamento adequado para garantir a alimentação dos alunos. Na sequência, foi concedida a palavra ao segundo convidado da mesa, o Senhor Matheus Jacometti, Secretário de Recursos Humanos, para manifestação na Tribuna. O Secretário cumprimentou os presentes e esclareceu que a Secretaria de Recursos Humanos realiza anualmente a contratação de Professores temporários para a Secretaria de Educação. Explicou que o quadro de vagas é definido pela Secretaria de Educação e encaminhado para a Secretaria de Recursos Humanos, que conduz o processo de contratação dos Professores de diversas disciplinas, incluindo Português, Matemática, Ciências, Geografia, Artes e Linguagens, e dos Professores de Apoio. Esclareceu que o processo seletivo ocorre no mês de janeiro, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação. Informou que o certame envolve análise de pontuação e documentação, sendo liberada uma classificação respeitada conforme os cargos de Professor Regente A e Professor Regente B. Disse que a seleção é presencial e visa garantir que os Professores estejam em suas respectivas unidades de ensino para a reunião pedagógica de 31 de janeiro. No ano vigente, foram contratados 2.532 Professores, incluindo Professores de Apoio e da área de Linguagens, além de 83 Coordenadores Pedagógicos. O Secretário informou ainda que, especificamente para Professores de Apoio, a Secretaria de Educação recebe e valida os laudos de estudantes com deficiência, e, após aprovação pelo setor pedagógico, a contratação é encaminhada à Secretaria de Recursos Humanos. Além das contratações iniciais, o Secretário destacou que há um processo contínuo de reposição de Professores ao longo do ano, uma vez que novas demandas surgem conforme laudos adicionais são recebidos e validados. Também ressaltou que há necessidade de substituições frequentes devido ao afastamento de Professores por licenças médicas ou outros motivos aprovados pelo Damor, órgão de Medicina do Trabalho do Executivo. Finalizando sua explanação, o Secretário reforçou que a Secretaria de Recursos Humanos se mantém atenta às demandas da Educação e que os processos de reposição seguem ocorrendo conforme necessário. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal, dirigindo-se ao Secretário, questionou quantos Professores ainda estão em falta na Rede Municipal, considerando tanto os Professores de Apoio quanto os Professores Regentes. Foi concedida a palavra para a extensão da Mesa. Com a palavra, a Senhora Denise Gama, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar, iniciou sua fala trazendo à tona a situação de uma escola visitada recentemente, onde havia falta de Professor de Apoio para atender cinco alunos autistas em uma sala. Fez um apelo para que o Secretário de Recursos Humanos analisasse essa situação e consultasse o relatório da Secretaria de Educação. A Senhora Denise também mencionou a necessidade de discutir alguns pontos negativos encontrados no



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

relatório, que, em sua avaliação, não foi inteiramente positivo para o Município. A Presidente fez uma retrospectiva de sua experiência no CAE, mencionando que está em seu segundo mandato e que o Conselho tem um compromisso sério com a fiscalização e deliberação das ações relacionadas à alimentação escolar. Recordou que, na gestão anterior, havia uma boa comunicação com a Secretária de Educação, mas que, desde a nova gestão, a Secretária de Educação, Senhora Nádia, participou de apenas uma reunião e não deu seguimento às demandas do Conselho. A Presidente destacou que as visitas do CAE às escolas e creches não são punitivas, mas sim voltadas para a fiscalização e melhoria das condições da alimentação. Contudo, expressou preocupação com a qualidade dos alimentos encontrados durante as visitas, relatando casos de produtos vencidos, mal manipulados e condições de higiene precárias nas cozinhas. A Senhora Denise enfatizou que a responsabilidade pela situação das escolas é compartilhada, mas ressaltou que a Diretoria deve estar ciente de tudo o que acontece. Também apontou que alguns funcionários não sabem ler, o que dificulta a manipulação e o recebimento dos alimentos. Trouxe exemplos de problemas com a entrega de carne, onde um volume excessivo foi enviado para uma escola, gerando questionamentos sobre a gestão do estoque. A Presidente também mencionou a questão da qualidade do arroz que está sendo entregue, destacando que a situação dos alimentos requer atenção. Em resposta ao Vereador Sargento Melo Casal, a Senhora Denise explicou que o relatório de 2024 se refere a 2023 e que ela foi a última a assinar esse documento. Pediu uma resposta por escrito sobre uma diferença de quase 12 milhões de reais relacionada à pandemia, período em que muitas crianças de escolas particulares migraram para Escolas Públicas. A Presidente enfatizou que, sem essa resposta, o relatório será enviado com ressalvas ao FNDE. Além disso, mencionou a questão da merenda de 2023, relatando que algumas escolas não forneceram a alimentação prometida, resultando em desperdício de recursos. Destacou que as Cozinheiras não tiveram férias e que a merenda foi descartada, gerando custos desnecessários. Por fim, a Senhora Denise expressou o desejo de que o CAE participe das reuniões dos Diretores de Escola, ressaltando a importância de o Conselho ser protagonista nas discussões sobre alimentação escolar. Afirmou que o CAE precisa começar a se destacar e entender melhor seu papel, pois é um dos principais conselhos da cidade. Na sequência, foi concedida a palavra ao segundo convidado da extensão da Mesa, o Senhor Luã de Campos Cupolillo, Secretário de Organização do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora. O Senhor Luã tratou sobre as questões relativas à contratação de Professores na Rede Municipal. Inicialmente, ressaltou sua experiência como Professor contratado na Rede Municipal, atuando em diversas escolas ao longo dos anos. Explicou que o modelo de contratação precária, inicialmente concebido para suprir necessidades temporárias, tornou-se uma prática permanente em diversas cidades e estados. Mencionou que, em Minas Gerais, aproximadamente 75% dos Professores estaduais são contratados temporariamente. Em Juiz de Fora, destacou que, após 12 anos sem concurso público, o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro) conquistou a abertura de um certame durante o Governo da Prefeita Margarida. Desde então, cerca de 1.150 Professores foram efetivados, reduzindo a porcentagem de contratados de 65% para aproximadamente 45%. No entanto, o Sindicato continua lutando pela efetivação do maior número possível de profissionais e pela prorrogação do concurso vigente. O representante do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro) destacou que, no início de 2024, a Prefeitura ofereceu cerca de 2.400 vagas para a contratação de Professores. Em 2025, esse número inicial foi de 2.000, o que levou o Sindicato a intervir e exigir a reavaliação do processo, resultando na oferta de 2.377 vagas já existentes. Segundo ele, o processo transcorreu com certa lentidão, levando o Sindicato a intervir para corrigir erros e defender Professores de diferentes disciplinas, incluindo Artes, Libras e Educação Física. Foi enfatizada a luta do Sinpro em prol dos Professores de Linguagens Artísticas, que foram excluídos do ensino nos anos iniciais. Graças à mobilização, a Prefeitura reviu sua decisão e restabeleceu esses profissionais nos 4º e 5º anos, bem como no 1º e 2º períodos. Falou que o Sindicato continuará negociando para ampliar a presença desses docentes na grade curricular. Sobre os Professores de



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

Apoio, o representante do Sindicato informou que a categoria tem crescido anualmente, pois em 2022, eram aproximadamente 850 profissionais, número que subiu para 970 em 2023, 1.140 em 2024 e 1.037 em fevereiro de 2025. Disse que o Sinpro segue acompanhando as contratações e pressionando a Prefeitura para ampliar o quadro de profissionais. Outro ponto abordado foi a reivindicação para que as contratações sejam realizadas ainda em dezembro, permitindo que os Professores tenham tranquilidade durante o recesso de janeiro. Afirmou que, após a paralisação de 94% da categoria em 18 de fevereiro, a Prefeitura se comprometeu, por escrito, a realizar a maior parte das contratações antes do início do ano letivo. Ao encerrar sua intervenção, Luã reiterou a importância da luta sindical e afirmou que a confiança dos Professores no Sindicato tem crescido continuamente, fortalecendo as mobilizações da categoria. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal expressou sua posição em relação às declarações de um parlamentar opositor e criticou a postura de representantes sindicais e políticos, mencionando que antes havia grande mobilização, incluindo manifestações com caminhões na cidade, enquanto atualmente, segundo ele, esses mesmos grupos se mantêm em silêncio diante de determinadas situações. Ressaltou que sua intenção é expor a verdade e que a Administração Municipal prejudicaria profissionais da educação, sem a devida contestação por parte de seus representantes. Criticou o comportamento de alguns opositores nas redes sociais, mencionando ataques pessoais e questionando a atuação de determinados membros da categoria. Finalizou afirmando que os Professores e a população estão atentos aos acontecimentos e que as redes sociais têm evidenciado a postura dos envolvidos. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira parabenizou o Diretor do Sinpro, Luã, destacando que sua explanação foi precisa e direta. A Vereadora lembrou o processo de contratação dos Professores, ressaltando que, no ano de 2000, não existiam os critérios que hoje regem as admissões. Enfatizou a importância dessa evolução e lembrou sua atuação como Diretora sindical naquela época, mencionando a grandiosa greve realizada, por meio da qual foi possível conquistar critérios para a contratação dos docentes. Embora reconheça a precarização do trabalho docente devido à falta de um quadro efetivo, afirmou que as conquistas obtidas garantiram um mínimo de dignidade e direitos para os Professores contratados. Disse ainda que esses profissionais não possuíam os mesmos direitos dos efetivos e passaram a contar com benefícios que valorizam sua atuação. Também manifestou seu incômodo com a recorrência do uso de termos ofensivos dentro da Câmara Municipal. Informou que já havia conversado com o Presidente da Casa sobre a questão e ressaltou que expressões inadequadas foram ouvidas em Plenário duas ou três vezes ao longo do ano. Preocupada com o impacto desse tipo de linguagem, buscou o significado de uma das palavras utilizadas e constatou que se trata de um termo pejorativo que remete a uma pessoa sem moral, desonesta e desprezível. Diante disso, ressaltou que a Câmara Municipal desempenha um papel fundamental para a sociedade e que é inaceitável o uso de expressões desse tipo no ambiente legislativo. Finalizando sua fala, reforçou a necessidade de medidas educativas para orientar os Vereadores sobre o uso adequado da linguagem nos debates, visto que representam o povo e devem manter a dignidade em suas manifestações. Destacou, ainda, que considera inadequado e prejudicial ao ambiente político o uso de termos ofensivos no Plenário, solicitando providências para coibir tais práticas. Com a palavra, o Senhor Jorge Kalam, diretor do Sindicato dos Professores, iniciou sua fala de forma acalorada, entrando em conflito com o Vereador Sargento Mello Casal. Diante da situação, o Presidente intercedeu, ressaltando a necessidade de respeito mútuo entre os participantes e a importância de manter um debate respeitoso no âmbito parlamentar. Inicialmente, o orador abordou a questão da merenda escolar, ressaltando que houve problemas desde o início do ano letivo. O Sindicato dos Professores atuou ativamente na fiscalização da situação, coletando informações de diversas escolas e gestões escolares, além de protocolar um ofício à Seapa, solicitando a presença da Secretaria de Educação e do Secretária de Administração e Recursos Humanos (SARH). Enfatizou a importância da discussão sobre a qualidade e a quantidade dos alimentos fornecidos nas escolas, incluindo a alimentação dos educadores, considerando que a categoria não possui vale-



## 2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

alimentação. Durante sua exposição, o Diretor aproveitou para defender o Sindicato das acusações que vêm sendo feitas contra a entidade, enfatizando que a instituição tem 90 anos de história e protagonismo na defesa da classe trabalhadora de Juiz de Fora. O Senhor Jorge Kalam lamentou a postura de determinados parlamentares que utilizam as redes sociais para ataques pessoais e disseminação de informações falsas, reforçando que tais atitudes serão levadas à Justiça para devida comprovação. O orador criticou o comportamento de alguns Vereadores, classificando-o como desrespeitoso e destoante da história parlamentar da cidade. Destacou que o Sindicato sempre manteve relações respeitadas com gestões anteriores, mesmo diante de divergências, e lamentou que um novo padrão de desrespeito tenha se instalado na Casa Legislativa. Ressaltou, ainda, que a população de Juiz de Fora merece respeito e que o Sindicato continuará na luta por uma educação pública de qualidade. O Presidente Zé Márcio Garotinho destacou que esta é uma Casa representativa da sociedade composta por 23 Vereadores que representam a população de Juiz de Fora, assim como ocorre em todo o Parlamento. Afirmou que a Casa deve, sim, ter opinião, incluindo a opinião individual de seus membros, e que é fundamental respeitá-la. Além disso, ressaltou que há um código de ética e decore que os Vereadores devem observar e cumprir. A Vereadora Cida Oliveira levantou uma questão que precisa ser discutida internamente. O Presidente solicitou que os próximos oradores, sejam Vereadores ou convidados, mantenham o respeito à população que acompanha a audiência. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal, iniciou sua fala criticando a reação de determinados participantes às suas declarações, mencionando que suas palavras refletem o sentimento de muitos Professores e que a postura de seus opositores demonstrava incômodo com a verdade exposta. O Vereador fez referências a episódios anteriores de manifestações e agressões verbais, ironizando a atitude de alguns participantes. Em tom provocativo, sugeriu que os envolvidos refletissem sobre suas próprias falas e comportamento, destacando a importância do debate aberto e transparente. Não havendo nenhum Vereador inscrito, passaram-se às considerações finais. A palavra foi concedida ao Vereador Sargento Mello, que expressou suas opiniões sobre o debate, manifestando críticas e questionamentos sobre a postura de outros participantes da audiência, bem como sobre a gestão dos recursos destinados à merenda escolar. O Vereador questionou a demora nos processos licitatórios e responsabilizou a Administração Pública pelo desabastecimento das escolas, afirmando que tais situações serão levadas ao Ministério Público. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 17h16min. Inscritos: Senhor Ângelo Cabral, Senhora Natalia Paletta, Senhora Leila e Senhor Luís Carlos (Pardal). Estiveram presentes: Senhor Ronaldo Pinto Junior, Secretário de Governo; Senhora Fabíola Paulino, Secretária de Agricultura pecuária e Abastecimento; Senhor Mateus Jacometti, Secretário de Recursos Humanos; Senhora Graciele Fernandes, Secretária substituta da Secretaria de Educação; Senhora Francis Noguchi, Conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea); Senhora Denise Gama, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar; Senhor Luã de Campos Cupolillo, Secretário de organização do Sindicato dos Professores e o Senhor Jorge Kalam, Diretor do Sindicato dos Professores. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), João Evangelista de Almeida (João do Joquinho), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes) e Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 19 de março de 2025.



**2ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025**  
**ATA APROVADA**

**José Márcio Lopes Guedes**  
**Presidente da Câmara Municipal**

**João Wagner de Siqueira Antoniol**  
**1º Secretário**

